

AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO

2.1.1 ATRIBUIÇÕES: exercer atividades relacionadas ao controle externo da competência do Tribunal de Contas, abrangendo: assessoria e consultoria técnica relacionadas às competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas; planejamento, coordenação e supervisão da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de gestão; execução da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de gestão e o acompanhamento ou monitoramento das decisões do Tribunal; planejamento, coordenação e supervisão de auditorias e inspeções a serem realizadas em quaisquer unidades jurisdicionadas; instrução de processos formalizados no âmbito do Tribunal de Contas; elaboração de estudos, pesquisas e pareceres sobre matéria relacionada ao controle externo; elaboração de relatórios, informações e pareceres em processos de auditorias, inspeções e outros relacionados ao controle externo; coordenação, acompanhamento e implementação de ações e projetos relativos ao planejamento estratégico e ao estabelecimento e cumprimento de metas institucionais; coordenação e realização das atividades de organização da jurisprudência do Tribunal; execução de outras atividades relacionadas às atribuições constitucionais e legais de controle externo e de funcionamento do Tribunal de Contas.

2.1.2 REMUNERAÇÃO: R\$ 15.206,65, definida conforme tabela a seguir.

13.2.2 CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da

oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5Concordância verbal e nominal. 5.6Regência verbal e nominal. 5.7Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA: 1 Compliance aplicada à gestão pública.

1.1 Conceito, princípios e normas. 2 Auditoria governamental. 2.1 Controle interno. 2.2 Auditoria de regularidade e auditoria operacional. 2.3 Instrumentos de fiscalização. 2.3.1 Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. 2.4 Planejamento de auditoria. 3 Gestão de riscos no setor público. 4 Plano de auditoria baseado no risco. 4.1 Atividades preliminares. 4.2 Determinação de escopo. 4.3 Materialidades, risco e relevância. 4.4 Exame e avaliação do controle interno. 4.5 Risco inerente, de controle e de detecção. 4.6 Risco de auditoria. 4.7 Matriz de Planejamento. 4.8 Programas de auditoria. 4.9 Papéis de trabalho. 4.10 Testes de auditoria. 4.11 Importâncias da amostragem estatística em auditoria. 5 Execução da auditoria. 5.1 Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica. 6 Evidências. 6.1 Caracterizações de achados de auditoria. 6.2 Matrizes de achados e matriz de responsabilização. 7 Comunicação dos resultados. 7.1 Relatórios de auditoria. 8 Monitoramento. 9 Documentação da auditoria. 10 Supervisão e controle de qualidade. 11 ISSAIs (30, 100, 200, 300, 400, 3000 e 3100). 12 Governança no setor público. 12.1 Papel e importância. 12.2 Governança, transparência e accountability. 12.3 Governança e governabilidade. 12.4 Princípios da governança pública.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1

Conceito, tipos e formas de controle. 2 Controle interno e externo. 3 Controle parlamentar. 4 Controle administrativo. 5 Lei no 8.429/1992

e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa). 6 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública. 6.1 Contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 7 Controle jurisdicional da administração pública no Direito brasileiro. 8 Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. 9 Controle pelos tribunais de contas. 10 Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. 11 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 11.1 Natureza, competência, jurisdição e organização. 12 Constituição do Estado de Santa Catarina. 13 Lei Complementar no 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina). 14 Resolução N.TC-06/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina).

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO (EXCETO PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: DIREITO): 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. 4 Agentes públicos. 4.1 Legislação pertinente. 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2 Disposições doutrinárias. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Espécies. 4.2.3 Cargo, emprego e função pública. 4.2.4 Provimento. 4.2.5 Vacância. 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. 4.2.8 Direitos e deveres. 4.2.9 Responsabilidade. 4.2.10 Processo administrativo disciplinar. 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder. 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso. 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e

autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios. 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 10 Controle da Administração Pública. 10.1 Controle exercido pela Administração Pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Lei no 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade administrativa). 11 Lei n.º 9.784/1999 e suas alterações (Processo administrativo). 12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Lei no 8.666/1993 e suas alterações e Lei no 14.133/2021. 12.1.2 Lei no 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 12.1.3 Decreto no 7.892/2013 e suas alterações (Sistema de Registro de Preços). 12.1.4 Lei no 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 12.2 Fundamentos constitucionais. 13 Lei no 13.019/2014 e suas alterações. 14 Lei no 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina). 15 Lei Complementar no 255/2004.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL (EXCETO PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: DIREITO): 1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas. 2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 2.2 Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 2.3 Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do presidente da República. 2.4 Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições, processo legislativo, fiscalização contábil, financeira e orçamentária, comissões parlamentares de inquérito. 2.5 Poder Judiciário: disposições gerais, órgãos do poder judiciário e organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 2.6 funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública.

DIREITO FINANCEIRO: 1 Direito financeiro. 1.1 Conceito e objeto. 1.2 O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. 1.2.1 Normas gerais e orçamento. 2 Despesa pública. 2.1 Conceito e classificação de despesa pública. 2.2 Disciplina constitucional dos precatórios. 3 Receita pública. 3.1 Conceito. 3.1.1 Ingresso e receitas. 3.2 Classificação das receitas públicas. 4 Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento. 5 Orçamento público. 5.1 Conceito, espécies e natureza jurídica. 5.2 Princípios orçamentários. 6 Fiscalização e controle orçamentário. 7 Normas gerais de Direito Financeiro. 8 Lei no 4.320/1964 e suas alterações. 9 Lei Complementar no 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: 1 Ética e moral. 2 Ética, princípios e valores. 3 Ética e democracia: exercício da cidadania. 4 Ética e função pública. 5 Ética no setor público. 6 Resolução no TC-0087/2013 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina). 7 Lei no 8.429/1992 e suas alterações. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Atos de improbidade administrativa. 8 Lei no 12.846/2013 e suas alterações.

CONHECIMENTOS SOBRE SANTA CATARINA: 1 Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica de Santa Catarina.

**CARGO 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO –
ÁREA: CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO**

BANCOS DE DADOS: 1 Banco de dados. 1.1 Conceitos básicos. 1.2 Arquitetura. 1.3 Estrutura de dados. 1.4 Modelagem e normalização de dados. 1.5 Noções de administração de dados e de banco de dados. 1.6 Topologia típica de ambientes com alta disponibilidade e escalabilidade. 1.7 SQL (ANSI). 1.8 Microsoft SQL Server, MySql e PostgreSQL. 1.9 Transact-SQL (T-SQL). 1.10 Arquitetura e políticas de armazenamento de dados. 1.11 Balanceamento de carga, fail-over e replicação de estado. 1.12 Técnicas de análise de desempenho e

otimização de consultas (tuning). 1.13 Segurança de banco de dados.

INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS (BUSINESS INTELLIGENCE): 1 Conceitos, fundamentos, características, técnicas e métodos de business intelligence (BI). 2 Sistemas de suporte a decisão e gestão de conteúdo. 3 Arquitetura e aplicações de data warehouse com ETL e OLAP. 4 Definições e conceitos de data warehouse e data mining. 5 Visualização de dados: BD individuais e cubos. 6 Técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais. 7 Mapeamento das fontes de dados: técnicas para coleta de dados.

GESTÃO E GOVERNANÇA EM TI: 1 Tecnologias da informação e comunicação. 1.1 Conceitos, segmentos e mercado. 2 Princípios de economia da inovação e da tecnologia. 2.1 Conceitos e perspectivas da tecnologia. 2.2 Ciência, pesquisa, desenvolvimento e indústria. 2.2.1 O hiato tecnológico internacional. 3 Estatística. 3.1 Estatística descritiva: distribuição de frequências; organização de dados (quadros, tabelas, gráficos e outras formas de apresentação). 3.2 Medidas de posição, dispersão e assimetria; propriedades da média e da variância; números índices. 4 Internet. 4.1 Internet no Brasil: Comitê Gestor da Internet (CGI.BR); Decreto no 4.829/2003. 4.2 Internet no mundo: papel da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers); governança global da Internet; Internet Governance Forum (IGF). 5 Televisão Digital no Brasil. 5.1 Decretos no 4.901/2003, no 5.820/2006 e no 6.868/2010. 6 COBIT 2019. 7 ITIL 4. 8 Modelos de gestão, gestão da qualidade, gestão do conhecimento, gestão por processos, gestão de projetos, gestão de orçamento público, planejamento estratégico, administração de conflitos, instituições e organização do Estado.

ANÁLISE DE INFORMAÇÃO: 1 Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. 2 Banco de dados relacionais. 2.1 Conceitos básicos e características. Metadados. Tabelas, visões (views) e índices. Chaves e relacionamentos. 3 Noções de modelagem dimensional. 3.1 Conceito e aplicações. 4 Noções de mineração de dados. 4.1

Conceituação e características. Modelo de referência CRISP-DM. Técnicas para pré-processamento de dados. Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamentos (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva. Aprendizado de máquina. Mineração de texto. 5 Noções de big data. 5.1 Conceito, premissas e aplicação. 6 Visualização e análise exploratória de dados. 7 Lei no 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação). 7.1 Conceitos e aplicação.

ENGENHARIA DE SOFTWARE: 1 Conceitos básicos sobre engenharia de software. 2 Disciplinas de engenharia de software. 3 Análise de requisitos funcionais e não funcionais. 4 Análise, projeto e modelagem orientada a objetos. 4.1 UML 2. 5 Modelagem de dados. 5.1 Modelo relacional. 6 Qualidade de software. 6.1 ISO/IEC 9126. 6.2 Métricas de qualidade de software. 7 Análise de Pontos de Função.

INFRAESTRUTURA EM TIC: 1 Sistemas operacionais: fundamentos; gestão de processos; gestão de memória; gestão de entrada e saída; instalação, configuração e administração de sistemas operacionais Windows Server 2012 e 2016 e RedHat Enterprise Linux versões 5, 6 e 7. 2 Redes de computadores: fundamentos; tecnologias ethernet, Fibre Channel, iSCSI, padrão wi-fi IEEE 802.11x; dispositivos: repetidores, bridges, switches e roteadores; implantação de VOIP e VPN; segurança: firewall, certificado digital, antivírus, anti- Spam; modelo de referência OSI; Protocolo TCP/IP; Active Directory (AD). 3 Serviços: backup/restore; arquitetura em nuvem (SaaS, IaaS e Paas); virtualização. 4 Servidores de Aplicação: Tomcat 10; JBoss 7. 5 Gestão e operação de bancos de dados. 6 Sistemas de gerenciamento de banco de dados. 7 Oracle 21C, MySQL, Microsoft SQL Server 2019, PostgreSQL 13, Enterprise DB (EDB) 13. 8 Noções de arquitetura de TI. 9 Containerização de aplicações e DeVOps. 10 Internet. 10.1 Internet no Brasil: Comitê Gestor da Internet (CGI.BR); Decreto no 4.829/2003. 10.2 Internet no mundo: papel da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers); governança global da Internet; Internet Governance Forum (IGF). 11 Televisão Digital no Brasil. 11.1 Decretos no 4.901/2003, no 5.820/2006 e no 6.868/2010. 12 COBIT

2019. 13 ITIL 4.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: 1 Gestão de segurança da informação. 1.1 Norma NBR ISO/IEC no 27001:2013 e no 27002:2013. 1.2 Classificação e controle de ativos de informação, segurança de ambientes físicos e lógicos, controle de acesso. 1.3 Definição, implantação e gestão de políticas de segurança da informação e auditoria. 2 Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas. 3 Organização da segurança da informação. 3.1 Organização interna. 3.2 Responsabilidade e papéis pela segurança da informação. 3.3 Segurança da informação no gerenciamento de projetos. 3.4 Políticas para o uso de dispositivo móvel. 3.5 Trabalho remoto. 4 Segurança em recursos humanos. 5 Gestão de incidentes de segurança da informação. 6 Aspectos da segurança da informação na gestão da continuidade do negócio. 7 Conformidade. 8 Gestão de riscos e continuidade de negócio. 8.1 Normas ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019 e ABNT NBR ISO 22301:2020.

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 1 Gestão de contratação de soluções de TI. 2 Legislação aplicável à contratação de bens e serviços de TI e suas alterações. 2.1 Lei no 13.303/2016 e suas alterações, Lei no 10.520/2002 e suas alterações. 2.2 Atos normativos do ME/SLTI Instrução normativa no 1/2019. 2.3 Elaboração e fiscalização de contratos. 2.3.1 Critérios de remuneração por esforço versus produto. 2.3.2 Cláusulas e indicadores de nível de serviço. 2.3.3 Papel do fiscalizador do contrato. 2.3.4 Papel do preposto da contratada. 2.3.5 Acompanhamento da execução contratual. 2.3.6 Registro e notificação de irregularidades. 2.3.7 Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas. 3 Lei no 13.709/2018 (LGPD atualizada) e suas alterações.

LÍNGUA INGLESA: 1 Compreensão de textos em língua inglesa e itens gramaticais relevantes para o entendimento dos sentidos dos textos.

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Uma vez estabelecida a ordem política, a caminhada civilizatória deu seus primeiros passos e, com o início de sua organização em vilas, aldeias, comunas ou cidades, houve também a necessidade de criar poderes instrumentais para que alguns de seus integrantes gerissem os interesses coletivos. Os instrumentos de controle surgiram, então, muito antes do Estado moderno e apontam para a Antiguidade.

No Egito, a arrecadação de tributos já era controlada por escribas; na Índia, o Código de Manu trazia normas de administração financeira; o Senado Romano, com o auxílio dos questores, fiscalizava a utilização dos recursos do Tesouro; e, na Grécia, os *legisperitos* surgiram como embriões dos atuais tribunais de contas.

Com o nascimento do estado democrático de direito, torna-se inseparável dele a ideia de controle, visto que, para que haja estado de direito, é indispensável que haja instituições e mecanismos hábeis para garantir a submissão à lei. Desde então, consolidou-se, majoritariamente, a existência de dois sistemas de controle no mundo: o primeiro, de origem anglo-saxã, denominado sistema de controladorias ou sistema de auditorias-gerais; e o segundo, de origem romano-germânica, denominado sistema de tribunais de contas.

A finalidade tradicional desses modelos de controle, que se convencionou chamar de entidade de fiscalização superior (EFS), é assegurar que a administração pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, cuja finalidade principal é defender os interesses da coletividade. No Brasil, a arquitetura constitucional dedicou aos tribunais de contas essa tarefa.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun. **Os tribunais de contas na era da governança pública:** focos, princípios e ciclos estratégicos do controle externo. Internet: <www.tcees.tc.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que a forma de organização das sociedades no espaço geográfico foi determinante para a criação de instrumentos de controle.
- 2 O segundo parágrafo do texto dedica-se a apresentar fatos históricos que comprovam a afirmação anterior de que os instrumentos de controle remontam a Antiguidade.
- 3 No segundo parágrafo, os termos “No Egito”, “na Índia”, “o Senado Romano” e “na Grécia” são seguidos de vírgula porque expressam circunstância de lugar no início da oração em que aparecem.
- 4 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma verbal “haja”, em suas duas ocorrências, expressa existência, logo seria gramaticalmente correto substituí-la por **exista**, em ambas as ocorrências, sem alteração dos sentidos originais do texto.
- 5 A expressão “essa tarefa”, no final do último parágrafo, refere-se à ideia expressa no trecho “assegurar que a administração pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico”, no primeiro período daquele mesmo parágrafo.

- 6 O sentido e a correção gramatical do último período do primeiro parágrafo seriam preservados caso ele fosse reescrito da seguinte forma: Os instrumentos de controle surgiram, então, muito antes de o Estado Moderno apontar para a Antiguidade.
- 7 O emprego das vírgulas para isolar a oração “que se convencionou chamar de entidade de fiscalização superior (EFS)” (último parágrafo) confere a tal oração valor explicativo.
- 8 A expressão “desses modelos de controle” (primeiro período do último parágrafo) retoma o termo “tribunais de contas” (último período do penúltimo parágrafo).

No que diz respeito ao plano de auditoria baseado no risco, julgue os seguintes itens.

- 9 A materialidade consiste na ligação lógica ou influência sobre a finalidade do procedimento de auditoria e, quando apropriado, sobre a afirmação em consideração, não sendo afetada pela direção do teste.
- 10 Entre os riscos de auditoria, o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria é composto do risco inerente e do risco de controle.

Em relação à execução da auditoria e às evidências de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 11 Na matriz de achados, para cada achado, são elencados a situação encontrada, o critério, as evidências e análises, as suas causas e os seus efeitos, mas não há indicação do encaminhamento e dos benefícios esperados, elementos que constam de outra matriz.
- 12 Considere-se que um auditor tenha encaminhado e-mail a um fornecedor, solicitando que respondesse apenas no caso de discordância em relação às informações fornecidas. Nessa situação, o procedimento realizado pelo auditor consiste em uma circularização com solicitação de confirmação negativa.

No que diz respeito ao Código de Ética da INTOSAI (ISSAI 30), julgue o item subsequente.

- 13 Segundo o princípio da integridade, o profissional deve evitar circunstâncias ou influências que afetem ou possam ser vistas como capazes de afetar o seu julgamento profissional e de impedi-lo de agir de maneira imparcial e sem viés.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens a seguir.

- 14** É de competência privativa do Ministério Público a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 15** Para haver responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, é necessário que a conduta seja realizada por agente público e de forma dolosa.

Julgue o item seguinte, referente ao controle externo da administração pública.

- 16** Em decorrência do princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário, o julgamento das contas pelos tribunais de contas somente fazem coisa julgada formal, razão pela qual podem ser revistas e modificadas pelo Poder Judiciário.

Considerando o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), julgue os itens que se seguem.

- 17** O responsável ou o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE/SC, caso queiram atacar decisões proferidas em processos de prestação ou tomada de contas, inclusive tomada de contas especial, podem ingressar com recurso de reconsideração, que possui efeito suspensivo, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.
- 18** O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral do TCE/SC serão eleitos pelos conselheiros para um mandato de dois anos, permitida a reeleição apenas por um período de igual duração.
- 19** Para fins de distribuição de processos no âmbito do TCE/SC, os órgãos e as entidades da administração pública estadual, os municípios e outras entidades jurisdicionadas serão organizados em grupos de unidades gestoras.

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições doutrinárias acerca do direito administrativo e as previsões em vigor da Lei federal n.º 14.133/2021, da Lei estadual n.º 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina) e da Lei Complementar estadual n.º 255/2004.

- 20** A culpa concorrente é uma das hipóteses em que fica completamente excluída a responsabilidade civil do Estado.
- 21** O servidor do TCE/SC que concluir doutorado em área do conhecimento diretamente relacionada com as atividades de controle externo do tribunal fará jus ao adicional de pós-graduação, calculado no percentual de 25% sobre o vencimento do último nível e referência de seu cargo de provimento efetivo.
- 22** As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior seguirão obrigatoriamente a instrução processual e os procedimentos estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021.
- 23** O Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, em regra, estabelece que o exame de saúde é obrigatório para a posse em cargo de provimento em comissão.

A respeito da organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conforme a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 24** Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- 25** As normas constitucionais alusivas às competências institucionais do Tribunal de Contas da União são de observância compulsória pelas constituições dos estados-membros.
- 26** É possível a admissão de proposição de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República que dê ensejo a aumento de despesas, desde que, ao final dos trâmites cabíveis, o projeto seja sancionado pelo presidente da República.
- 27** Não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das casas legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo o Poder Legislativo, definir um verdadeiro significado da previsão regimental, em atenção ao princípio da separação dos Poderes.

A respeito da despesa pública e de sua classificação, julgue os itens a seguir.

- 28** Os precatórios oriundos de créditos alimentares de idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade), portadores de doenças graves e pessoas com deficiência são pagos com preferência sobre os demais créditos alimentares e sobre os créditos não alimentares ou comuns.
- 29** As despesas correntes de custeio são destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a planejamento e execução de obras públicas.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 30** Para fins de abertura de créditos suplementares, considera-se excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, não sendo contabilizados os créditos extraordinários abertos no exercício.
- 31** Os créditos adicionais classificados como suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.
- 32** É vedada a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.

Considerando o disposto no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, julgue os itens a seguir.

- 33** O citado código de ética tem, entre seus objetivos, o de estimular, no campo ético, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os setores público e privado.
- 34** A Lei n.º 8.429/1992 enquadra a negligência na conservação do patrimônio público como ato de improbidade administrativa, quando se caracterizar conduta culposa.
- 35** A Lei n.º 12.846/2013 prevê a responsabilização subjetiva da pessoa jurídica pela prática de ato lesivo quando o benefício auferido por ela destinar-se também a outros beneficiários.
- 36** A perda patrimonial efetiva do ente público é indispensável para a configuração da ilicitude da conduta de frustrar processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

Considerando a realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Santa Catarina, julgue os itens a seguir.

- 37** No período do regime civil-militar brasileiro, o então deputado estadual de Santa Catarina Paulo Stuart Wright teve seu mandato cassado e, posteriormente, foi dado como desaparecido.
- 38** No que diz respeito às áreas de colonização em que se estabeleceram imigrantes de origem alemã e italiana em Santa Catarina, não existem registros de conflitos entre os europeus e a população indígena durante o século XIX, dado que nesse período se encontrou um meio-termo de harmonia e solidariedade entre os povos.
- 39** Conforme a pesquisa de desigualdade por cor ou raça feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, no que se refere à disparidade salarial, em Santa Catarina pessoas negras ou pardas ganham 39% a menos do que pessoas brancas.
- 40** Entre 2019 e 2020, Santa Catarina alcançou índices de excelência na prevenção do desmatamento da Mata Atlântica, em comparação aos demais estados brasileiros onde esse bioma também ocorre.

Espaço livre

Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue o item a seguir, a respeito de otimização.

- 41 O índice secundário é empregado quando se utiliza um campo de indexação que não seja a chave primária da tabela.

tabela1 campo	tabela2 campo
0	5
2	5
3	7
3	8
4	8
4	9
6	
7	

Considerando as *tabela1* e *tabela2* apresentadas, julgue os itens que se seguem, referentes a banco de dados.

- 42 Considere que o comando a seguir seja executado sem erro.

```
select campo from tabela2
where exists
(select campo from tabela1)
```

Nesse caso, o resultado será a tabela seguinte.

campo
5
5
8
8
9

- 43 Considere que o comando a seguir seja executado sem erro.

```
select campo from tabela2
except
select campo from tabela1
```

Nesse caso, o resultado obtido será a tabela seguinte.

campo
5
5
8
8
9

Julgue os próximos itens, com relação à segurança e arquitetura de banco de dados e administração de dados e de banco de dados.

- 44 O *role* contém as definições de permissões, privilégios e garantias de acesso aos objetos do banco e aos dados.
- 45 Um esquema de banco de dados pode ser definido como a representação gráfica e simbólica dos componentes de um banco de dados, seja comercial, industrial ou residencial.
- 46 O comando `create database aluno` permite criar uma tabela de nome *aluno* no banco de dados.

Julgue o item a seguir, a respeito de modelagem e normalização de dados.

- 47 Um esquema de relação R está na primeira forma normal (1FN) se os domínios de todos os seus atributos forem atômicos.

A respeito de inteligência do negócio, julgue os itens a seguir.

- 48 Um dos objetivos da inteligência de negócios é fornecer aos tomadores de decisão a capacidade de realizar análises adequadas, por meio de acesso a dados, desde que não se permita a manipulação desses dados, a fim de garantir a segurança da informação.
- 49 Uma dimensão degenerada é caracterizada por não possuir uma tabela própria, mas apenas residir na tabela fato como um atributo pertencente à chave primária.
- 50 O ROLAP é um processamento analítico *on-line* que cria visões multidimensionais a partir de um banco de dados relacional existente.
- 51 Ferramentas de OLAP disponibilizam operações de *drill-down* e *drill-across*: a primeira permite visualizar um maior nível de detalhe; a segunda, mover-se lateralmente de um conjunto de dados para outro, mantendo-se no mesmo nível de detalhe.
- 52 Os conceitos de *data warehouse* (DW) e *data mining* (DM) são relacionados à inteligência de negócios; a principal diferença entre eles é que o DW atua na análise dos eventos do passado, enquanto o DM limita-se na predição dos eventos futuros.
- 53 O esquema de modelagem multidimensional estrela (*star schema*) é caracterizado pela normalização de suas tabelas dimensionais.

Julgue os itens a seguir, considerando conceitos de estatística.

- 54 A representação gráfica da distribuição normal é uma curva em forma de sino, simétrica em torno da média, e que recebe o nome de curva normal ou de Gauss.
- 55 Com os seguintes dados, a variância da população é de 149,25.
36; 64; 18; 40; 35; 30; 41; 32

Julgue o item seguinte, a respeito da administração da Internet.

- 56 É prevista a participação de representantes da comunidade científica e tecnológica no Comitê Gestor da Internet (CGI.BR), entre cujas atribuições e responsabilidades se inclui o estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil.

Julgue o próximo item, acerca da televisão digital no Brasil.

- 57 O Decreto n.º 4.901/2003 instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que tem por finalidade proporcionar recursos destinados a promover a inclusão social e a diversidade socioeconômica do país por meio da televisão digital.

Julgue o item a seguir, referente ao COBIT 2019.

- 58 O COBIT é uma estrutura técnica de TI para gerenciar toda a tecnologia, e sua estrutura de governança deve ser rigorosa e focar exclusivamente as questões existentes priorizadas.

Julgue o seguinte item, a respeito da ITIL 4.

- 59 Entre os componentes principais da ITIL SVS (*service value system*) se inclui a prática de aplicar um modelo único integrado.

Julgue o item subsecutivo, considerando conceitos de gestão do conhecimento.

- 60 A gestão do conhecimento está relacionada à ação, à atitude e a uma intenção específica dos seres humanos.

Em relação a conceitos de informação e conhecimento e de banco de dados relacionais, julgue os itens subsequentes.

- 61 Informação pode ser definida como um conjunto de fatos diferentes relativos a uma transação e que é, geralmente, desprovida de significado; ela é considerada a matéria-prima dos sistemas de informação.
- 62 O conhecimento serve para dar suporte ao processamento decisório; ele representa a informação tratada, confiável e íntegra.
- 63 Ao se criar um índice, deve-se observar, inicialmente, o seu impacto no banco de dados com relação às operações de atualização.
- 64 Em banco de dados relacionais, o mapeamento do relacionamento não deve seguir a cardinalidade, pois a pluralidade dos tipos de cardinalidade (0, 1 e n) dificulta o mapeamento; ele deve ser realizado com base apenas na chave primária.

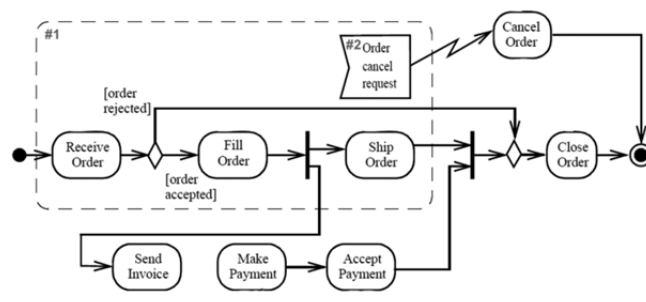
No que diz respeito a *big data* e à Lei n.º 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação), julgue os itens seguintes.

- 65 A Lei de Acesso à Informação não se aplica às entidades privadas sem fins lucrativos, independentemente de elas receberem ou não recursos públicos.
- 66 *Big data* necessitam de algoritmos de computação mais robustos em comparação aos algoritmos tradicionais de banco de dados, que não são capazes de lidar com os volumes de dados representados em *big data*.
- 67 Considera-se integridade, para efeito da Lei de Acesso à Informação, a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

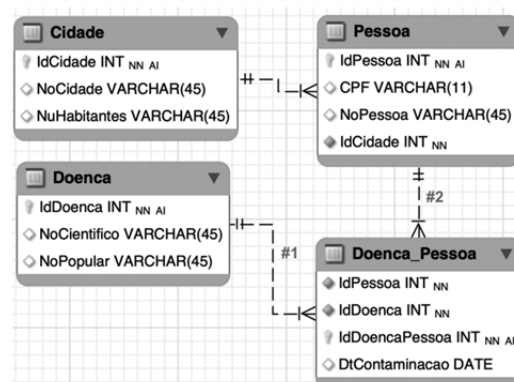
Julgue os próximos itens, com relação à engenharia de *software*.

- 68 A atividade projeto e implementação juntamente com a validação do *software* são duas atividades executadas no processo de desenvolvimento de *software*: a primeira versa sobre a produção do *software*, com fulcro no atendimento das especificações; a segunda em possuir um *software* validado, de modo a garantir que ele atenda às demandas do cliente.
- 69 Na análise de requisitos se *software*, os funcionais devem ser restritos ao que o sistema deve fazer; os não funcionais não devem abordar restrições que se apliquem ao sistema como um todo e sim aos detalhes específicos, tais como segurança e desempenho.
- 70 Os modelos de processo de *software* em cascata e incremental possuem abordagens distintas. O primeiro considera as atividades fundamentais do processo, representando cada uma delas em fases distintas, tais como especificação de requisitos, implementação e teste; o segundo intercala as atividades de especificação, desenvolvimento e validação em uma série de versões do sistema, ao longo do seu ciclo de vida.

- 71 No diagrama de atividade a seguir, todas as atividades inseridas na região de atividade interrompível (*interruptible activity region*) serão afetadas no caso do acionamento de #2, interrompendo qualquer processamento que ocorra dentro da região #1.



- 72 Considere que, no modelo entidade relacionamento mostrado a seguir, IdDoenca, IdPessoa e IdDoencaPessoa sejam respectivamente chaves primárias simples de Doenca, Pessoa e Doenca_Pessoa.



Nesse caso, a modelagem está incorreta, pois, sendo Doenca_Pessoa uma tabela associativa às chaves estrangeiras IdPessoa e IdDoenca, nela contidas, deveriam fazer parte da chave primária de Doenca_Pessoa, uma vez que os relacionamentos #1 e #2 são identificados.

- 73 Se as tabelas a seguir descrevem a quantidade e a complexidade das funções de dados e de transação de duas aplicações #A e #B, então a quantidade de pontos de função brutos da aplicação #A é maior que a da aplicação #B.

aplicação #A		
tipo	complexidade	quantidade
arquivo lógico interno (ALI)	baixa	3
arquivo de interface externa (AIE)	média	1
saída externa (SE)	alta	2

aplicação #B		
tipo	complexidade	quantidade
arquivo lógico interno (ALI)	alta	1
entrada externa (EE)	média	4
consulta externa (CE)	alta	2

Julgue os itens subsecutivos, relativos a sistemas operacionais, redes de computadores e arquitetura em nuvem.

- 74** No Red Hat Enterprise Linux 7, *systemd* é um gerenciador de sistema e de serviços; o comando *systemctl* se comunica com serviços que são gerenciados pelo *systemd*. O serviço *nfs-server* é reiniciado como a seguir.

```
systemctl reload nfs-server.service
```

- 75** No Red Hat Enterprise Linux 7, *firewalld* é um serviço de *firewall* baseado em *host* (*host-based firewall*) que utiliza os conceitos de zonas e serviços, em que as zonas são conjuntos predefinidos de regras.

- 76** Em arquitetura em nuvem, dentre os tipos SaaS, IaaS e PaaS, o serviço de backup é restrito aos dois últimos, haja vista que no SaaS não há como personalizar os recursos de *hardware*, que é essencial para oferecer métodos eficazes de cópias regulares de um fornecedor de serviços para outro local.

Considerando os sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIbr), julgue os itens seguintes.

- 77** Cabe ao CGIbr estabelecer diretrizes na execução do registro de nomes de domínio, bem como na alocação de endereço IP.

- 78** No PostgreSQL 13 é possível obter informações das configurações correntes do SGBD por meio de consultas às suas *views* nativas. O comando abaixo permite obter o número máximo de conexões ativas que uma *database*, de nome *bancodedados*, pode receber.

```
SELECT max_connections FROM pg_stat_database
WHERE datname= 'bancodedados';
```

Julgue os próximos itens, com relação a COBIT 2019 e ITIL 4.

- 79** As práticas no sistema de valores de serviço (SVS) da ITIL 4 destinam-se a atingir um objetivo; elas estão relacionadas ao gerenciamento de serviço que busca habilitar o valor, na forma de serviços, para os clientes.
- 80** O DevOps no COBIT 2019 é considerado uma área de foco (*focus area*), porque ele pode ser considerado uma questão de governança de TIC, sendo assim necessário realizar o gerenciamento de seus componentes.

Julgue o item a seguir, a respeito da NBR ISO/IEC n.º 27001:2013.

- 81** Segundo a referida norma, um incidente de segurança da informação é uma ocorrência identificada de um estado de sistema, serviço ou rede, que indica uma possível falha no sistema de gestão da informação.

Julgue o item seguinte, acerca de controle de acesso.

- 82** No controle de acesso, somente os usuários que tenham sido especificamente autorizados podem usar e receber acesso às redes e aos seus serviços.

Julgue o próximo item, que se refere a desenvolvimento e manutenção de sistemas.

- 83** Mudanças em sistemas dentro do ciclo de vida de desenvolvimento devem ser controladas utilizando-se procedimentos formais de controle de mudanças.

Julgue o item subsequente, a respeito de políticas para o uso de dispositivo móvel.

- 84** A ameaça em segurança dos dispositivos móveis da empresa denominada ataques de engenharia social é caracterizada pelo mau uso dos recursos de rede, dispositivo ou identidade, como, por exemplo, ataques de negação de serviço.

Julgue o item a seguir, acerca de segurança para trabalho remoto.

- 85** A rede privada virtual, ou VPN (*virtual private network*), é uma tecnologia de rede implementada para conectar um ou mais computadores a uma rede privada pela Internet.

Com relação a segurança em recursos humanos, julgue o seguinte item.

- 86** Na NBR n.º 27001:2013, está previsto que as responsabilidades pela segurança da informação permaneçam válidas após um encerramento ou mudança da contratação, devendo ser definidas, comunicadas aos funcionários ou partes externas e cumpridas.

No que tange a gestão de riscos e continuidade do negócio, julgue o próximo item.

- 87** Segundo a NBR n.º 27005:2019, a abordagem da gestão de riscos de segurança da informação define que se deve adotar um método de fazer a gestão da segurança para todos os processos existentes para facilitar o treinamento dos colaboradores.

Julgue os próximos itens, relativos ao que estabelecem as Leis n.º 13.303/2016 e n.º 10.520/2002.

- 88** A fase externa do pregão será iniciada desde que haja pelo menos três propostas apresentadas, sendo consideradas somente aquelas cujas ofertas não possuam valores superiores a 10% em relação à oferta de valor mais baixo.
- 89** Se a empresa XYZ for uma empresa pública cuja maioria do capital votante seja de propriedade do Distrito Federal, será admitida, nesse caso, a participação de entidades da administração indireta dos estados no capital dessa empresa.

Com relação à gestão de contratação de soluções de TI e aos atos normativos do ME/SLTI Instrução Normativa n.º 1/2019, julgue os itens a seguir.

- 90** Na fase de gestão de contratação de soluções de TI, o gestor do contrato, com o apoio da equipe de planejamento da contratação, acompanha e tem como objetivo garantir a adequada prestação dos serviços durante todo o período de execução do contrato.
- 91** Na gestão e fiscalização do contrato de fornecimento da solução de TI, devem-se estipular os critérios de aceitação dos serviços prestados, abrangendo, entre outros aspectos, os níveis mínimos de serviços com os valores adequados aos elementos que compõem essa solução.
- 92** A análise de riscos se inicia na fase de gestão do contrato, na qual a equipe de fiscalização do contrato, sob coordenação do gestor do contrato, realiza a análise dos principais riscos e acompanha as ações de tratamento desses riscos.

Julgue os próximos itens, relativos à Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados atualizada).

- 93** Em caso de cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador, permite-se o tratamento de dados pessoais.
- 94** Competem ao controlador, e não a encarregado, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

During a ransomware hack, attackers infiltrate a target's computer system and encrypt its data. They then demand a payment before they will release the decryption key to free the system. This type of extortion has existed for decades, but in the 2010s it exploded in popularity, with online gangs holding local governments, infrastructure and even hospitals hostage. Ransomware is a collective problem—and solving it will require collaborative action from companies, the government and international partners.

As long as victims keep paying, hackers will keep profiting from this type of attack. But cybersecurity experts are divided on whether the government should prohibit the paying of ransoms. Such a ban would disincentivize hackers, but it would also place some organizations in a moral quandary. For, say, a hospital, unlocking the computer systems as quickly as possible could be a matter of life or death for patients, and the fastest option may be to pay up.

Collective action can help. If all organizations that fall victim to ransomware report their attacks, they will contribute to a trove of valuable data, which can be used to strike back against attackers. For example, certain ransomware gangs may use the exact same type of encryption in all their attacks. “White hat” hackers can and do study these trends, which allows them to retrieve and publish the decryption keys for specific types of ransomware. Many companies, however, remain reluctant to admit they have experienced a breach, wishing to avoid potential bad press. Overcoming that reluctance may require legislation, such as a bill introduced in the Senate last year that would require companies to report having paid a ransom within 24 hours of the transaction.

Internet: <www.scientificamerican.com> (adapted).

Judge the following items according to the text above.

- 95** It can be inferred from the text that ransomware is a type of malicious software designed to block access to a computer system until a sum of money is paid.
- 96** The text says that, in order to avoid bad press, companies should be required by law to report having paid ransom.
- 97** The author of the text claims that the solution to ransomware is to stop paying ransoms.
- 98** It can be concluded from the text that the quickest option for hospitals being under attack of ransomware would be to pay more than the amount the attackers demand.

In the second paragraph of the text,

- 99** the word “quandary” could be correctly replaced by **dilemma** without any change in the meaning of the sentence.
- 100** the word “disincentivize” could be correctly replaced by **deter** without any change in the meaning of the sentence.

Espaço livre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO
EDITAL Nº 1 – TCE/SC, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021

Aplicação: 6/3/2022

CARGO 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA: CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

660_TCESC_003_01

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	E	E	C	E	E	C	E	C	C	C	E	E	C	C	C	E	E	E	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	C	E	E	C	C	C	E	C	C	E	E	E	C	E	C	E	C	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	C	C	E	C	C	E	E	C	E	E	E	C	C	C	E	E	E	C	C